

**ACTA**

Aos quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceram os Vereadores André Coelho Lima e António Salgado Almeida, cujas faltas foram consideradas justificadas. ----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

O Presidente da Câmara informou que o Vereador António Salgado Almeida solicitou que fosse comunicado que não participaria na presente reunião por solidariedade com os trabalhadores que hoje fazem greve. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Numa página da internet podemos ler a História de uma Instituição Vimaranesa – o Vitória Sport Clube – Vitória de Guimarães. “Fundado em Setembro de 1922, no Campo da Atouguia foram iniciados os primeiros passes de Foot-Ball Association. Até então praticado pelos académicos do nosso Liceu e por meia dúzia de rapazes com algumas posses. Um grupo de novos cheios de entusiasmo, o Mariano Felgueiras (filho),

o Zeca Neves, o Avelino Dantas, o José Jorge, o Arlindo Ribeiro, os Castros, os Pires e o Rodrigo Graça foi quem deu o empurrão para que o Vitória fosse organizado elegendo-se mais tarde a Direcção de que faziam parte António Macedo Guimarães, Emílio Pereira de Macedo, Luís Gonzaga Leite, Domingos André de Magalhães, Eduardo Pereira dos Santos e Sargento Dória." É esta direcção que funda conjuntamente com o Sporting Clube de Braga na época de 1922/1923 a Associação de Futebol de Braga e é essa filiação que estabelece a data fundadora oficial do Vitória Sport Clube." O Vitória Sport Clube é uma associação desportiva, cultural e recreativa, de utilidade pública reconhecida por despacho ministerial publicado no Diário da República II Série, de 18 de Julho de 1981. O Vitória Sport Clube vive neste momento um processo eleitoral e oficialmente há duas candidaturas apresentadas a sufrágio. Qual o papel do Município de Guimarães face às eleições do Vitória, enquanto Instituição de Utilidade Pública vimaranense? Cumprir um papel equidistante, que promova o serviço público de contribuir para o melhor esclarecimento dos associados em tempo da campanha eleitoral. Esta tarefa que é exigida ao Município, pode consistir enquanto proprietária dos espaços públicos de Guimarães em permitir que em campanha eleitoral as candidaturas possam implantar outdoor's em vários locais do Concelho. Da mesma forma que em tempo de eleições autárquicas e nacionais é permitido aos partidos políticos a instalação de outdoor's, o mesmo procedimento deve ser adoptado para a campanha eleitoral do Vitória de Guimarães. Acontece que não foi esse o procedimento da Câmara Municipal no que diz respeito a uma das Candidaturas. Tomei conhecimento que em devido tempo essa candidatura apresentou um ofício à Câmara informando a localização para a colocação de vários



outdoor's. Acontece que na ausência do Vereador César Machado, o vereador Amadeu Portilha assinou um despacho que fez notificar pessoalmente pela Polícia Municipal no posto de trabalho de um elemento da citada candidatura, onde consta uma ordem de imediata remoção dos outdoor's que em caso de não ser cumprida, os próprios serviços municipais a fariam cumprir. É uma atitude incompreensível que gostaríamos de ser esclarecidos sobre os seus fundamentos".

2 – Vereadora Luísa Oliveira – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Na reunião anterior acerca das acessibilidades ficou-me, pelo menos, uma dúvida que gostaria, se for possível, que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse. Uma possível ligação ferroviária entre Braga e Guimarães está a ser tida em conta na revisão do PDM do nosso concelho? Ainda ontem fiz esse percurso, em hora de ponta, e, mais parecia tratar-se de um *rally paper*. Tinha alguma pressa em chegar a Guimarães mas essa tarefa é de todo impossível. Nestas alturas reforço a minha convicção de que bons transportes públicos são obrigatórios, e, quando eles são de qualidade as mentalidades mudam forçosamente. Segundo o investigador Manuel Tão, "a Linha de Guimarães só será eficiente quando for prolongada até Braga. "Esse mesmo investigador adianta ainda que essa ligação "teria um tráfego próprio, até por causa da Universidade do Minho, que tem um pólo em cada cidade", e seria ainda capaz de gerar um tráfego suplementar associado à alta velocidade. Em 2008, o vereador do PSD Dr. Rui Vítor Costa levantou algumas questões, nesta Câmara, sobre a eficácia das ligações Porto – Lisboa. Já não me recordo se, na mesma altura, estendeu essas preocupações à ligação de Guimarães – Porto. A utilização em crescendo desta ligação por comboio, e ainda bem,

como meio alternativo de transporte, não deixa de ser uma tremenda frustração. Desde logo pelo tempo de duração da viagem, inadequado quer em relação às verbas que foram gastas no melhoramento da via, quer nas condições das carruagens onde nem uma casa de banho existe. Quem, como eu, utiliza frequentemente esta ligação, repara que são muitas as pessoas de idade que usam este meio de transporte, bem como, um conjunto de pessoas, que conheço pessoalmente, que vão ao Porto procurar cuidados de saúde. Ora, este tipo de equipamento de apoio é fundamental. A outra queixa que também ouço, durante as viagens, prende-se com os horários e a necessidade de, em alguns momentos do dia, existir um comboio mais directo. Quem entra em Campanhã, vindo de outras localidades, em alguns horários, sabe que uma grande parte da viagem é feita de pé por excesso de utentes deste serviço. Aliás, se apanhar esta ligação, pois também é frequente que um ligeiro atraso noutro comboio origine a perda de ligação a Guimarães e, como já referi, por vezes, a falta de mais ligações a esta cidade implica uma longa espera em Campanhã. Segundo me disseram na estação, as estatísticas não o confirmam, mas digo-o eu e podem afirmá-lo outras pessoas com quem colaboro do ponto de vista profissional a quem isso já tem acontecido. Julgo que na reunião em que o vereador Rui Vítor Costa levantou esta questão o Sr. Presidente prometeu fazer algumas diligências para apurar a frequência de utilização do comboio. Como, no anterior mandato, nem sempre estive como vereadora gostaria de perguntar se chegou a conseguir esses dados, e qual o tratamento que os mesmos tiveram. Sem querer dar conselhos, gostaria de partilhar com esta Câmara algumas reflexões que um conhecido membro da comunidade chinesa fez na passada quarta-feira. Dizia ele, que há determinados assuntos



que não se tratam ao nível mais próximo, referia-se ao poder político, e, acrescentou, que quando queremos ter sucesso nessas diligências primeiro formamos o lobby e depois avançamos para as mesmas. Há alguns atrás o vereador António Castro dizia também que “no mercado de hoje quem não cria condições de qualidade aos clientes perde clientes.” Infelizmente a crise até deve estar a aumentar o número de clientes da CP, mas não será certamente pela qualidade do serviço que presta a Guimarães”. **3 – Vereador César Machado** – Deu conhecimento da Acta n.º 15 da Reunião do Conselho Municipal de Segurança, realizada no passado dia 5 de Fevereiro, informando que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores. **4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Informou do início do período de renovação das licenças de publicidade e ocupação de via pública, enquadrada nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais para 2010. Disse, ainda, que a Câmara Municipal deu início ao cadastro geo-referenciado das licenças, nomeadamente das estruturas de maior dimensão, designadas por *outdoors*, revelando que a verificação da actual situação permitiu identificar situações ilegais, existindo até estruturas abandonadas que degradam a paisagem concelhia, pelo que a sua remoção começará já na próxima Segunda-feira. Acrescentou que, para além da remoção de painéis publicitários sem licença, colocados em domínio público, a Câmara Municipal iniciará a abertura de processos de contra-ordenação das estruturas instaladas em domínio privado. Por último, disse que a Autarquia iniciou, também, a remoção de estruturas informativas colocadas em obras já concretizadas, bem como de painéis informativos das iniciativas do Município cujo enquadramento não traduzam o bem-estar das pessoas e a imagem pretendida para Guimarães; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador José

Manuel Antunes, esclareceu que na passada Quinta-feira, dia 25 de Fevereiro, recebeu uma carta da candidatura da Lista A aos órgãos sociais do Vitória Sport Clube comunicando que iriam proceder à colocação de *outdoors* para a campanha eleitoral em determinados locais do Concelho, constatando-se, no próprio dia, que tais painéis já estavam colocados. Acrescentou que, nessa sequência, foram estabelecidos contactos entre os serviços municipais e os responsáveis daquela candidatura tendo em vista esclarecer o modo como tal processo deveria ser conduzido para efeitos de cumprimento da legislação respectiva, já que a colocação de painéis deve ser precedida de pedido do interessado, para licenciamento, sendo a Câmara competente para decidir sobre os locais e seu licenciamento. Por último, realçou que o processo de licenciamento foi concertado com os responsáveis das duas candidaturas, não tendo havido quaisquer diferenças no tratamento dos respectivos processos.

5 – Vereadora Francisca Abreu – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Na aproximação do dia 8 de Março, Dia da Mulher, quero expressar a minha homenagem a todas as mulheres vimaranenses, portuguesas, europeias e do mundo inteiro, as mulheres que constam nas páginas da História contada, mulheres reconhecidas pela sua atitude de vida, mulheres, mães, esposas, escritoras, enfermeiras, sindicalistas, políticas, reconhecidas na vida privada e na vida pública, e mulheres anónimas, ausentes das páginas da História contada, mas bem presentes na História da vida de homens e mulheres, das cidades e dos países. A todas as mulheres que, pela sua luta, pela sua resiliência, pela sua solidariedade, tolerância, dedicação a causas, expresse a minha homenagem. Conscientes do muito que há a fazer nas condições



de facto para o exercício pleno da democracia de uma parte da nossa comunidade, as mulheres, o Município de Guimarães desenvolve, desde há anos, uma acção pró-activa na construção de uma democracia paritária em Guimarães, presente em todas as políticas e acções da Câmara e, muito especialmente, nos projectos e acções desenvolvidos pelo Espaço Informação Mulher (EIM). O EIM garante o atendimento e acompanhamento personalizado às mulheres que nos procuram, independentemente de qualquer condição, bem como desenvolve acções e projectos, em parceria com instituições locais, regionais e nacionais, que visam promover e construir uma democracia plena, em que a todos, homens e mulheres, são garantidos os mesmos direitos e condições de igualdade no exercício da cidadania em todos os aspectos da vida".

6 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Disse que iria ser definida a localização e as características dos painéis publicitários, que deverá ser em número reduzido, mesmo que isso implique a diminuição nas receitas de licenciamento municipal daqueles equipamentos; **b)** - Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira recordou o processo inicial, onde estavam previstas ligações ferroviárias rápidas para o Porto, sem passar por todos os apeadeiros, tendo havido muita resistência por parte das populações, o que levou a que esta ligação tenha um número elevado de paragens. Disse não estar prevista uma ligação ferroviária a Braga, em virtude de não ser competência municipal. Está, todavia, previsto no Plano Director Municipal um canal para esse efeito, permitindo, assim, que as entidades competentes, se assim o decidirem, possam vir a instalar este equipamento; **c)** – Prestou alguns esclarecimentos adicionais sobre a reunião do Conselho Municipal de Segurança; **d)** – Deu conhecimento que vai

ser criado um grupo de trabalho para analisar a actual situação de ocupação da via pública e apresentar um modelo para garantir a qualidade na utilização das Praças e Largos de Guimarães. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização, em Guimarães, no próximo dia 13 de Abril, da 2.ª fase da edição de 2010 do Parlamento Jovem Europeu, subordinado ao tema “As migrações”, sendo que a cidade de Guimarães será representada pela Escola Secundária de Caldas das Taipas. **2** – Do Relatório do Serviço Municipal de Protecção Civil relativo aos incidentes ocorridos em resultado da intempérie verificada no passado Sábado, 27 de Fevereiro. **3** – De uma informação da Divisão de Acção Social dando conhecimento que no ano de 2009 existiam 1 233 agregados familiares abrangidos pelo Rendimento Social de Inserção no concelho de Guimarães, perfazendo um total de beneficiários de 3 325. **4** – Do Ofício do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana dando conhecimento que está prevista, para o segundo trimestre de 2010, uma intervenção para o Bairro Nossa Senhora da Conceição. **5** – Da aprovação das candidaturas para financiamento da construção dos Centros Escolares de Barreiro/Pevidém, Candoso S. Martinho e Urgezes. **6** – Deu conhecimento do ponto de situação relativamente aos projectos/intervenções no âmbito da Capital Europeia da Cultura/2012. **7** – Disse estar previsto, para o final de Março de 2010, o início das obras de beneficiação e conservação da Casa da Rua Egas Moniz, n.º 115, Oliveira do Castelo, edifício que albergará o grupo de trabalho envolvido no projecto Mapa 2012, que visa valorizar o património concelhio, vocacionado para actuações urbanísticas, do património paisagístico, cultural e arquitectónico, da mobilidade urbana e do ambiente; **8** – Informou



do início das obras de reabilitação das Ruas de Camões, Bento Cardoso e Liberdade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

PATRIMÓNIO – ARRENDAMENTO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DOS ALUNOS DA EB1 DE GUIMARÃES Nº. 2 – OLIVEIRA DO CASTELO E DA EB 2,3

JOÃO DE MEIRA – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Resultante da necessidade de levar a efeito obras nas escolas indicadas em epígrafe, o Município contactou a Arquidiocese de Braga no sentido de saber a sua disponibilidade para arrendar, pelo período de 10 meses e pelo valor de €7.500,00/mensais, o denominado antigo Colégio Egas Moniz, uma vez que, pela sua localização e dimensão, poderia albergar os alunos daqueles estabelecimentos de ensino. De acordo com avaliação efectuada por perito da lista oficial, o valor mensal da renda poderia atingir os €11.400,00. Assim, e de acordo com instruções do Sr. Presidente, ficou acordado que o Município poderia aceitar pagar a renda mensal de €7.500,00, pelo período de 12 meses, ao Seminário Conciliar de Braga, proprietário do mencionado edifício. O início do contrato reporta-se a 1 de Setembro de 2009, data da ocupação, e vigorará até 31 de Agosto de 2010. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO PARA A OBRA

“VARIANTE DE SILVARES” – PARCELAS 4 E 5 – PROCº.

40/15/2009 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de Câmara tomada em reunião de 4 de Dezembro de 2008, foi aprovado em minuta o Contrato de Urbanização, assinado em 23 de Novembro de 2008, entre o Município de Guimarães e as empresas “Grande Solar – Construções, S.A.”, “Buildingland Investimentos Imobiliários, Lda”, “Normaster – Investimentos Imobiliários, Lda”, “Japmobili – Gestão Imobiliárias, S.A” e “Imosenatus – Imobiliária, S.A”, no sentido de ser efectuada uma intervenção no território, através de um estudo urbanístico da envolvente ao nó de acesso à auto-estrada/requalificação do Centro da freguesia de Silvares. Este estudo visa essencialmente rentabilizar uma zona do concelho com características singulares ao nível da exposição e acessibilidade, que potenciará o aumento da capacidade e atractividade da cidade de Guimarães na captação de investimentos com forte repercussão e impacto na economia do município. Tal estudo implica, por inerência da situação, a execução de obras de infra-estruturas reputadas como fundamentais para o domínio público, de entre as quais se realça a denominada “Variante de Silvares”. Esta via atravessa terrenos pertencentes às empresas intervenientes no referido Contrato de Urbanização, mas também propriedade de outros particulares, pelo que ficou estabelecido na cláusula 3.^a daquele contrato que o Município adquiriria as parcelas destinadas a integrar o domínio público municipal. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art.. 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Novembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e



recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, consagrando-se desta forma a causa de utilidade pública a prosseguir. Nesta conformidade, têm vindo a encetar-se diligências no sentido de se proceder à aquisição dos terrenos necessários à implantação da obra, por via do direito privado, nos termos do n.º 1 do art.º 11º do Código das Expropriações, não tendo sido possível chegar-se a acordo com os proprietários das parcelas "4" e "5", em virtude de existir uma substancial diferença entre o valor proposto pelo Município e o pretendido pelos interessados da parcela "4", bem como em virtude de divergências inconciliáveis sobre as condições colocadas pelos interessados da parcela "5", para aceitação do valor máximo admitido pelo perito da lista oficial que o Município escolheu, o que representa não haver conveniência, para a Autarquia, na aquisição amigável. As parcelas em causa, com a área total de 7.153,00 m², melhor identificadas no mapa anexo, estão classificadas no Plano Director Municipal como Zona de Salvaguarda Estrita/Reserva Agrícola Nacional, tendo a Comissão Regional da Reserva Agrícola do Norte concedido parecer favorável à utilização de solo agrícola para a construção da infra-estrutura viária em causa, na sua reunião de 13 de Fevereiro de 2009. Os encargos previstos com a expropriação destas parcelas totalizam €420.187,08, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Deste modo, e no uso das competências conferidas pela alínea f), do nº 2, e pela alínea c), n.º 7, ambas do art. 64º, da referida Lei nº. 169/99, bem como nos termos da deliberação de Câmara de 4 de Dezembro de 2008, deverá ser deliberado requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, com carácter de urgência, para efeito de expropriação das mencionadas parcelas e dos direitos a

elas inerentes, considerando que as obras da via, nas restantes parcelas, estão já a decorrer. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira. -----

PROTOCOLOS – EP – ESTRADAS DE PORTUGAL – Presente, para aprovação, a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município e a EP – Estradas de Portugal, tendo por objecto o estabelecimento dos termos e condições para efeitos das intervenções descritas na minuta, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECER COM A COOPERATIVA A OFICINA, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a seguinte proposta: "Tendo em vista que a actividade regular da Oficina remete inequivocamente para o disposto nas alíneas l) do nº 2 e b) do nº4, ambas do artigo 64º da Lei referida em assunto, o que reclama uma contratualização clara, transparente e objectiva, que, desde logo, determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da referida Lei, proponho a aprovação em minuta e posterior celebração do protocolo de colaboração em anexo, mediante o qual a Câmara Municipal transfere para a Oficina, de 2010 a 2012, o direito do uso e exploração da totalidade dos imóveis, de propriedade do Município, destinados à instalação e ao funcionamento do Centro Cultural Vila Flor e financia as actividades a desenvolver pela



Cooperativa A Oficina, em 2010, com o montante de €2.000.000,00 (dois milhões de euros)". A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira. **A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECEER COM A TEMPO LIVRE – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a

seguinte proposta: "Tendo em vista que a actividade regular da Tempo Livre remete inequivocamente para o disposto nas alíneas l) do nº 2 e a) e b) do nº 4, ambas do artigo 64º da Lei referida em assunto, o que reclama uma contratação clara, transparente e objectiva, que, desde logo, determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da referida Lei, proponho a aprovação em minuta e posterior celebração do protocolo de colaboração em anexo, mediante o qual a Câmara Municipal regula a transferência, para a Tempo Livre, do direito de uso e exploração, de 2010 a 2012, dos equipamentos desportivos ali designados e financia as actividades a desenvolver pela Cooperativa Tempo Livre, em 2010, com o montante de €1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil euros). Refira-se que o acréscimo do montante a atribuir, por comparação com o verificado no ano transacto, resulta da necessidade de dotar a Cooperativa Tempo Livre dos meios necessários à manutenção física dos vários equipamentos que gere, os quais, pelo uso

intensivo ou pelo seu tempo de funcionamento, carecem de intervenções urgentes”. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

PROCOLOS – TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL – DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES – CELEBRAÇÃO DE PROCOLO DE COOPERAÇÃO – Presente a seguinte

proposta: “A Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., o Município de Guimarães e a Fundação Cidade de Guimarães estão empenhados na prossecução e desenvolvimento de uma estreita colaboração no âmbito do Projecto *Guimarães – Capital Europeia da Cultura/2012*, tendo em consideração que este é um projecto que valoriza o património e a cultura da Região. A concretização desta parceria dinamizará o *Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios*, considerado pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como produto estratégico para a Região Norte. A Delegação do *Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios* está localizada em Guimarães, nos termos do disposto na al. b), do n.º 2, do artigo 2.º da Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro, que aprovou os Estatutos da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., num prédio urbano sito na Praça da Oliveira, propriedade da Câmara Municipal de Guimarães, cuja utilização foi objecto de Protocolo de Cedência de Utilização celebrado em 26 de Setembro de 2009, entre a Câmara Municipal e a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. O Projecto Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012 constitui um dos principais projectos de valorização da oferta Turística deste Território e, consequentemente,



contribuirá para o reforço do posicionamento do Porto e Norte de Portugal como uma das regiões com maior contribuição absoluta para o crescimento do Turismo e alavancagem da economia portuguesa. Assim, considerando: - o interesse das três Entidades envolvidas neste Protocolo na adopção de planos/acções de comunicação e promoção conjuntas, que potenciem recursos e sinergias; - que **GUIMARÃES – CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA/2012** irá decorrer na Cidade de Guimarães; - que a Delegação do *Touring Cultural, Paisagístico & dos Patrimónios* está instalada, como supra se disse, nesta cidade de Guimarães, - propõe-se, ao abrigo do disposto no art. 67.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a celebração de um Protocolo de Colaboração que visa estabelecer os termos da colaboração entre a Entidade Regional, o Município de Guimarães e a Fundação Cidade de Guimarães, no âmbito do projecto **GUIMARÃES – CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA/2012**, com vista à valorização do património arquitectónico e cultural, bem como o desenvolvimento turístico da Região, conforme minuta que se anexa. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P. - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES (CLAII) – Presente a seguinte proposta: “A Divisão de Acção Social tem vindo a trabalhar, desde 2007, no sentido de responder às problemáticas da população migrante, tendo criado para esse efeito uma Unidade de Apoio à População Migrante. Esta unidade previa, desde essa altura, a

criação de dois gabinetes: 1- O Gabinete de Apoio ao Emigrante – GAE, já em actividade; 2- O Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAII – para apoio, acolhimento e integração dos imigrantes no Concelho de Guimarães. Assim, dando sequência ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Apoio à População Migrante, foi apresentada, no passado mês de Dezembro de 2009, uma candidatura ao Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) para a criação de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAII em Guimarães, que foi aprovada. O CLAII será um serviço com funções de acolhimento, informação e apoio a cidadãos imigrantes e funcionará no Complexo Multifuncional de Couros, Edifício Cybercentro de Guimarães onde já se encontra a funcionar o Gabinete de Apoio ao Emigrante, desde Abril de 2009. Nos termos do Decreto-lei nº 167/2007, de 3 de Maio, o ACIDI, I.P. tem por atribuição dinamizar centros de apoio ao imigrante, de âmbito nacional, regional e local, que proporcionem uma resposta integrada dos vários serviços públicos às suas necessidades de acolhimento e integração, designadamente, através de parcerias com departamentos governamentais com intervenção no sector, serviços da administração pública, autarquias locais, organizações não governamentais, associações de imigrantes ou outras entidades com interesse relevante na matéria. Assim, considerando que se pretende criar e desenvolver um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, no Concelho de Guimarães, para apoio, acolhimento e integração dos imigrantes propõe-se, ao abrigo do disposto na al. h) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a celebração de um Protocolo de Cooperação com o Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, I.P.



que visa estabelecer os termos e condições em que será criado o referido Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, conforme minuta que se anexa". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE –
COMPARTICIPAÇÃO DE FUNDO DE COESÃO DO SIRVA – 3.ª**

FASE – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Salubridade e Ambiente: "A AMAVE remeteu a esta autarquia a guia de débito n.º 2/470, de 15 de Maio de 2009 para pagamento do valor de 30.543,95 relativo à comparticipação correspondente ao Município de Guimarães (35,18%) no âmbito do projecto Fundo de Coesão, SIRVA 3.ª fase, co-financiado a 81%. A pré-requisição foi elaborada pelos serviços com fundamento na deliberação de Câmara de 7 de Maio de 2009, no entanto, aquela deliberação não abrangia este valor aqui peticionado. Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Europeia (UE), que tem por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial. O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projectos de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes. Neste contexto a AMAVE realizou vários projectos ao abrigo do Fundo de Coesão, todos eles aprovados com parecer favorável do Conselho de Administração dos Municípios. Assim, as comparticipações do fundo de coesão são de 81%, cabendo às Câmaras o pagamento de 19%. Deste modo o valor imputado a Guimarães será 35,18% (cota do Município) dos 19% das despesas do fundo de coesão, num total de €30.543,95, de acordo com a tabela em anexo.

Tendo-se já procedido ao pagamento desta quantia à AMAVE propomos que este procedimento seja ratificado na próxima reunião de Câmara. À consideração superior". A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – PROJECTO SIRVA 3.ª FASE – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DAS VIATURAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), em 2002, submeteu à Comissão Europeia a aprovação do financiamento pelo Fundo de Coesão do Projecto SIRVA – 3ª Fase, onde se insere a aquisição de 6 viaturas para a recolha e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos. O Fundo de Coesão estabeleceu um financiamento de 81% do valor de aquisição das viaturas, ficando os restantes 19% ao encargo dos respectivos municípios. Assim, e tendo em consideração que o valor de aquisição de cada viatura destinada ao Município de Guimarães é de €158 381,00, o que perfaz um valor pelas três viaturas de €90 277,17. E, decorrente da decisão do Concelho Intermunicipal para o Ambiente que destinou três viaturas para o Município de Guimarães, duas para o Município de Vila Nova de Famalicão e uma para o Município da Trofa. Para pagamento do valor correspondente ao Município de Guimarães foi elaborada uma pré-requisição com fundamento numa deliberação de Câmara de 10 de Julho de 2008, no entanto, aquela deliberação não abrangia os valores aqui em causa. Deste modo, submete-se à consideração superior a ratificação do pagamento à AMAVE referente ao valor de comparticipação na aquisição de três viaturas". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA 1/1000 E 1/2000** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Sistemas de Informação Geográfica: “O processo de execução da Cartografia Numérica nas Escalas 1:1.000 e 1:2.000 das Áreas Urbanas da Região do Vale do Ave foi realizado em várias fases e envolveu várias entidades, para além de ter sofrido bastantes atrasos. Na fase de consultadoria foi contratada a empresa Novageo, para a produção da cartografia o Consórcio TSF/Stereocarto e para a fiscalização a Estereofoto. Em reunião realizada na AMAVE, a 16 de Dezembro de 2003, foram imputados custos para cada Município de acordo com a quantidade de informação adquirida (área). De acordo com a referida divisão dos custos a comparticipação total do Município de Guimarães no projecto é de €83.095,38. Entretanto a AMAVE pagou já algumas das facturas apresentadas por aquelas empresas, das quais é da responsabilidade do Município de Guimarães (MG) o pagamento de: -----

Fase	Total	T	Valor
Consultadoria	1.807,3	26	474,20
Produção	1k –	1k	24.262
	2k –	2k	38.540
Fiscalização	1k –	1k	1.446,
	2k –	2k	2.297,
TOTAL			67.02

Nota: **1k** – Cartografia à escala 1/1.000; **2k** – cartografia à Escala 1/2.000; **MG** – Município de Guimarães. -----

Recebemos da AMAVE a factura n.º 765/2009 no valor de €67.021,50, para pagamento de parte dos custos que o Município tem agora que suportar. Assim, sendo necessário que o Município cumpra os pagamentos da parte que lhe diz respeito nesta prestação de serviços, submete-se à consideração superior o envio

para aprovação, pela Câmara Municipal, do pagamento à AMAVE do valor de €83.095,38 - valor total da comparticipação, sendo que nesta data apenas está em dívida o valor de €67.021,50 (constante da factura n.º 765/2009), ficando para posterior pagamento a quantia de €16.073,88, a pagar quando a AMAVE remeter ao Município a respectiva factura". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – GALA DO DESPORTO

– Presente a seguinte proposta: "A realização da **Gala do Desporto | Guimarães** tem como missão exaltar os feitos de diversos agentes desportivos que, com o seu esforço, dedicação e empenho, contribuíram significativamente para elevar o prestígio de Guimarães. Por outro lado, esta **Gala do Desporto | Guimarães** pretende assumir-se como o ponto alto do reconhecimento público que a Câmara Municipal de Guimarães pretende dar às entidades e agentes desportivos, bem como a atletas, que durante essa época mais se notabilizaram pelos desempenhos alcançados a nível internacional e nacional, ou pelos serviços prestados ao desporto regional e local. Todos, pelo seu mérito ou pela sua conduta, merecem uma distinção, fruto do prestígio que deram à sociedade e ao desporto. O **Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva** vem assim dar forma a esse reconhecimento público, atribuindo 4 bolsas de formação anuais a atletas não profissionais, bem como constituir a Comissão de Avaliação que avaliará e validará as atribuições. Perante o exposto, pretendemos lançar a primeira pedra para a organização de um evento que se pretende ser anual, para homenagear aqueles que têm dedicado o seu esforço em prol do Desporto e do Concelho. Esta homenagem ao desporto do



Concelho visa também promover o convívio entre os diversos agentes desportivos e, simultaneamente, desenvolver medidas que recompensem a sua actividade. Deste modo, remeta-se à reunião de Câmara para aprovação o referido regulamento junto em anexo". O referido Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE REFEITÓRIOS ESCOLARES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO – Presente, em anexo, uma informação dos Serviços de Educação relativa à Alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão de Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO FINANCEIRO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Directora do Departamento Financeiro, Dr.^a Anabela Lima, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Técnico Superior – Economia, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Atendendo a que o posto de trabalho se encontra previsto no referido mapa de pessoal e que

existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL/DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA QUALIDADE –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Directora do Departamento de Administração Geral, Dr.ª Joana Xavier relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho na DMAQ (1 Chefe de Divisão, 2 Técnicos Superiores, 2 Assistentes Técnicos e 1 Assistente Operacional), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Após análise do presente pedido em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho apenas a abertura dos procedimentos concursais para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: - **Um técnico superior** – licenciatura adequada – para executar todas as actividades inerentes à gestão da qualidade, nomeadamente: preparar, rever e distribuir toda a documentação relativa ao SGQ, registar e gerir não conformidades e reclamações, gerir e acompanhar acções de melhoria. - **Um técnico superior** – licenciatura em comunicação social – para verificação constante



com vista à manutenção actualizada da informação disponibilizada aos munícipes, relativa às actividades, aos formulários e aos procedimentos da autarquia e elaboração de proposta de divulgação de informação que deva ser disponibilizada aos munícipes; - Existe verba orçamental disponível; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL/DIVISÃO ADMINISTRATIVA – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.ª Elsa Almeida, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho na DA (1 Técnico Superior e 2 Assistentes Técnicos (Aferidores), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Após análise do presente pedido em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho apenas a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: - **Dois assistentes técnicos** – 12º ano – para exercer funções de aferidor nos serviços de Metrologia, que consistem na verificação metrológica de instrumentos de medição nos diversos estabelecimentos situados no Concelho de Guimarães. - Existe

verba orçamental disponível; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL/DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Chefe da Divisão de Acção Social, Dr.ª Isabel Miranda, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de dois postos de trabalho de técnico superior (Psicologia e Serviço Social), cumre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação (um técnico superior – licenciatura em psicologia e um técnico superior – licenciatura em serviço social), estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. - Atendendo a que os postos de trabalho encontram-se previstos no mapa de pessoal e existe verba orçamental disponível proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos mesmos. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS –

**DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO CONTENCIOSO E
POLÍCIA MUNICIPAL/DIVISÃO DE CONTENCIOSO** - Presente

a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Chefe da Divisão de Contencioso, Dr.^a Inês Ribeiro, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de dois postos de trabalho Técnico Superior (Licenciatura em Direito), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Após análise do presente pedido em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho apenas a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos seguintes postos de trabalho: - **Um técnico superior** – Licenciatura em Direito – para apoio à instrução e preparação de decisão em processos de contra-ordenação; - Existe verba orçamental disponível; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS –
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS/DIVISÃO DE
ADMINISTRAÇÃO DIRECTA** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pelo Chefe da Divisão de Administração Directa, Eng.º Parcídio Salgado, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de vinte e sete postos de trabalho de Assistentes

Operacionais (2 condutores de abre-valas, 8 trolhas, 8 cantoneiros de vias municipais, 1 calceteiro, 1 serralheiro, 1 pedreiro, 2 picheleiros, 2 carpinteiros e dois electricistas), cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade temporária, com a seguinte justificação: "Prevê-se um aumento do n.º de obras até 2012 decorrente da candidatura de Guimarães a CEC 2010"; - Atendendo a que os postos de trabalho encontram-se previstos no mapa de pessoal e existe verba orçamental disponível proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos mesmos. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – TURISMO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pelo Coordenador dos Serviços de Turismo, Dr. Vítor Marques, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho para exercer funções de: apoio técnico ao Plano de Acção Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012, nomeadamente no levantamento e inventariação de recursos turísticos; apoio técnico à reconversão e registo de alojamentos turísticos da competência do Município de acordo com o Dec. Lei 39/2008; apoio técnico à gestão, organização e promoção dos recursos turísticos do concelho, cumpre-me informar o seguinte: o



posto de trabalho indicado na citada informação seta previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; existe verba orçamental disponível. Assim, após análise do presente pedido, proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho para um Técnico Superior (área de Turismo). Mais se informa que, atendendo ao disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 do art. 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE UM CONSULTOR DE ARTE PÚBLICA NO ÂMBITO DA CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012 –

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, em regime de substituição, Arq. Filipe Fontes: "A Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC'12) apresenta-se como palco privilegiado do reconhecimento da cultura como veículo incontornável na construção de uma cidade qualitativa, competitiva e atractiva. Resultado quer da conjugação da componente imaterial com a construção e requalificação da infra-estrutura física de suporte à vida urbana, quer com as potencialidades e significado que pressupõe, a "arte pública" concretiza-se como um factor transversal e onnipresente à CEC'12 afigurando-se como um suporte e motivação para o espaço público sendo, hoje, parte integrante e inseparável do processo de construção e reabilitação do território urbano. A afectação da "especialidade" de arte pública contemporânea ao município apresenta-se necessária e qualificadora de uma acção municipal

no território articulada, abrangente e sustentada sendo que, pelo seu carácter indutor e poder catalisador de ideias e criação, a mesma deverá influenciar e suportar todo o trabalho a desenvolver até (como data de referência) 2012. De modo a integrar e qualificar a equipa técnica do Município nesta área tão específica, a contratação de um consultor de arte pública é condição presente que importa superar, devendo o mesmo consultor observar três características fundamentais: actividade “profissional” centrada naturalmente nos campos artístico e criativo; experiência “profissional” abrangente e intensa; capacidade de gestão e planeamento na implementação de projectos. Perante tal, o nome de IVO MARTINS surge como incontornável, revelando uma acção “profissional” multifacetada (estruturação e catalogação de exposições, colecção de arte em depósito na Fundação de Serralves, organização de eventos como o *Guimarãesjazz*, produção de bibliografia e programação áudio, ...) e uma experiência de gestão e planeamento em projectos complexos (como, por exemplo, o planeamento e implementação de uma unidade hospitalar) suficientemente capazes e qualificadas para uma adequada resposta às necessidades municipais atrás descritas. Assim, verificando-se a conjugação da premência na concretização da consultadoria em causa (de modo a assegurar o acompanhamento e enriquecimento do trabalho já em curso) com a constatação das qualidades reunidas em torno de IVO MARTINS (no sentido que as mesmas assegurarão um trabalho coerente e qualificado), entende-se propor a promoção e desenvolvimento de um procedimento de ajuste directo (em função do disposto no decreto-lei 18/08) tendente a assegurar a consultadoria de arte pública pelo mencionado IVO MARTINS. Sendo IVO MARTINS uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do



órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento tendente à sua contratação, ao abrigo do já mencionado artigo 6.º do Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR DE

32 ALUNOS – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação, e conforme o disposto na alínea d), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da Acção Social Escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o ano lectivo de 2009/10 (Deliberações de Câmara de 09/07/23 e de 09/12/03). Recentemente, na sequência da transferência de alunos, da alteração das condições económicas dos agregados familiares e do seu posicionamento nos escalões de atribuição do abono de família, bem como do aparecimento de novos processos, os Agrupamentos de Escolas de Briteiros, Pevidém, Taipas, Egas Moniz, Virgínia Moura e Abação enviaram à Autarquia novos pedidos de atribuição de apoios. Assim, e atendendo a que as directrizes no Ministério de Educação vão no sentido de que: sempre que um aluno carenciado seja transferido de escola, tenha direito de novo ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam os adoptados na escola de origem (número 3, do artigo 7º, do Despacho nº 18 987/2009, de 17 de Agosto, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar); e que, em qualquer altura do ano lectivo, possam ser revistos ou aceites novos processos, face aos comprovativos de alteração da

situação socio-económica do agregado familiar; propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 1 141,50€, destinada à comparticipação de livros e material escolar de 23 alunos (13 do 1º e 2º anos, 10 do 3º e 4º anos), aos quais foi atribuído o Escalão A, e de 9 alunos (6 do 1º e 2º anos, 3 do 3º e 4º anos), aos quais foi atribuído o Escalão B, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO E/OU GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, foi aprovada, em Reunião de Câmara de 17 de Dezembro último, a proposta de atribuição de verbas às Entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, etc.), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares, para o ano civil de 2010. Assim, e a exemplo do ano transacto, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com essas Instituições, que asseguram: a colocação de pessoal para vigilância e acompanhamento de alunos em refeitórios escolares ou cantinas escolares, que não dispõem de condições para confecção própria, e/ou no transporte para almoço; a alimentação e gestão em refeitórios, em funcionamento em estabelecimentos de educação pré-escolar. Para apreciação superior, e posterior deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa listagem nominal das entidades e respectivas minutas dos Protocolos". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**DESPORTO – CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO DESPORTO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Tendo presente a proposta apresentada pelo Senhor Vereador da CDU, em 28 de Dezembro passado, sobre a criação de um Conselho Municipal do Desporto, cumpre-me dar o seguinte parecer: 1. Guimarães é, objectivamente, um Concelho com um significativo número de associações desportivas e com uma dinâmica desportiva ímpar. 2. Esta realidade resulta do esforço individual de um conjunto vastíssimo de cidadãos anónimos e empenhados que emprestam a sua disponibilidade e conhecimento ao movimento associativo, mas também do fortíssimo investimento que a Câmara Municipal de Guimarães tem feito na construção de instalações desportivas de cariz comunitário, no apoio a esse movimento associativo e na disponibilização de meios e recursos para que os seus Serviços de Desporto e a Tempo Livre desenvolvam um trabalho reconhecidamente meritório na dinamização sócio-desportiva ao nível do Concelho e na optimização das instalações desportivas municipais. 3. Não há hoje no nosso Concelho uma única infra-estrutura desportiva que não tenha nascido sem o apoio da autarquia, e não há hoje nenhum clube desportivo que seja excluído do apoio financeiro municipal para a formação desportiva e para o desenvolvimento e consolidação das suas instalações desportivas. 4. É igualmente notório que o investimento vultuosíssimo na construção de infra-estruturas de propriedade municipal, de fruição comunitária generalizada, como são os casos do Complexo Municipal de Piscinas, da Pista de Atletismo, dos Pavilhões Desportivos de Creixomil, Urgeses, Pevidém, Ronfe, Moreira, Lordelo, Souto S. Maria e Inatel, do Multiusos de Guimarães ou do Campo de Futebol do Parque de Selho, resultou

num aumento significativo da prática desportiva, abrindo novas janelas de oportunidade a todos quantos desejam beneficiar da prática desportiva informal ou recreativa. 5. Hoje, em Guimarães, por força do investimento municipal, o desporto e a actividade física não são um exclusivo dos clubes ou de entidades privadas, os primeiros condicionados pela sua vertente iminentemente competitiva, os segundos pela actividade comercial que exercem; hoje, em Guimarães, a prática desportiva e física está ao alcance de quase todos, em instalações desportivas de muita qualidade, com preços acessíveis e serviços diversificados. Hoje, em Guimarães, é seguro afirmar-se que “o desporto é para todos”. 6. Significa isto, muito objectivamente, que a política desportiva municipal tem uma matriz bem definida, com resultados sucedidos e encorajadores. 7. Uma política desportiva marcada por linhas orientadoras claras, resultantes do compromisso eleitoral que o Partido Socialista assumiu perante o seu eleitorado, mas também da auscultação permanente que faz a todos os agentes desportivos locais, com quem mantém relações de proximidade e de diálogo. 8. É dessa auscultação permanente e do conhecimento profundo da realidade desportiva local que emanam as nossas decisões políticas, pelo que me parece extremamente redutor, para além de ineficaz, que se advogue a criação de um Conselho Municipal do Desporto, definindo-o como a **“pedra basilar do movimento desportivo do nosso Concelho”**. 9. Não é com uma reunião ordinária anual, e com mais duas ou três eventuais, onde se integrem **“todo o movimento associativo, os elementos do sistema local de educação, as associações de solidariedade social e as empresas ou cooperativas municipais”** (o que obrigaria a um plenário com mais de uma centena e meia de pessoas), que se encontram os consensos



necessários para a definição de políticas desportivas coerentes e justas. 10. As motivações, os interesses e a escala de cada uma dessas associações ou agentes desportivos são diferentes e, não raras vezes, incompatíveis. E nem sempre é possível, ou desejável, encontrar caminhos comuns e convergências, porque a riqueza do fenómeno desportivo sustenta-se na sua diversidade, heterogeneidade ou multidisciplinaridade. 11. Diálogo permanente, análise das melhores soluções, respostas diferentes para problemas diferentes, tem sido esta a postura da Câmara Municipal ao longo dos últimos mandatos; e o movimento associativo nunca nos fez chegar queixas de défice de atenção ou de falta de diálogo. 12. A eventual insatisfação do movimento associativo local resulta principalmente dos poucos recursos financeiros que dispõe para desenvolver os seus projectos desportivos e da incapacidade manifesta das autarquias locais em corresponderem a todas as solicitações, por mais justas que sejam, desse mesmo movimento associativo; e não creio que o CMD possa alterar esta realidade. 13. Entendo, por isso, que muito mais importante do que centrar a nossa atenção na constituição de um órgão informal e consultivo, se passe a encarar o fenómeno desportivo sob um prisma diferente, chamando para a reflexão e qualificação todos quantos participam no movimento desportivo. 14. Neste altura, numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Tempo Livre, está decorrer o primeiro curso de Formação de Dirigentes Desportivos locais, com cerca de 150 inscritos e uma média de participantes por sessão superior a 100 pessoas. Esta adesão fora do comum exprime a necessidade vincada que os dirigentes desportivos locais sentem de se valorizarem, apreendendo (e re-aprendendo) novos conceitos, novas realidades e novos conhecimentos. 15. Os especialistas

dizem que o paradigma do desporto está claramente a mudar: de tempos bem recentes em que a actividade desportiva se centrava no colectivo, no clube, na competição, vivemos hoje dias em que o desporto se centra no próprio individuo, que pratica actividade desportiva por mera satisfação pessoal, na mais pura informalidade. 16. Surgiram novas modalidades desportivas, ganha predominância a cultura do bem-estar físico (wellness), valoriza-se a centralidade e proximidade das instalações desportivas e a qualidade do serviço prestado é determinante; o desporto exige hoje novas respostas, dirigentes qualificados e propostas inovadoras. E urge preparar este novo tempo, disponibilizando informação e partilhando conhecimento com todos quantos integram o movimento desportivo local. 17. Pelo que sugiro que a Câmara Municipal aposte antes na criação de um **Observatório Municipal de Desporto**, nos termos da proposta que anexo, profundamente convicto da sua importância para a efectiva qualificação dos agentes desportivos locais e para o enriquecimento futuro da política desportiva no nosso Concelho". A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, de 27 alunos às EB1's de Mascotelos, Candoso S. Tiago e Silvaes, nos passados dias 10 e 11 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANDE S. MARTINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, ao Centro Social e Paroquial de Sande S. Martinho, o transporte, em autocarro, de 37 crianças a um espaço de diversão infantil, no passado dia 24 de Fevereiro.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, o transporte, em autocarro, das crianças que frequentam o apoio sócio-educativo da EB1 ao Pavilhão Multiusos, no passado dia 15 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas de Abação, o transporte, em autocarro, dos alunos à Pista de Atletismo Gémeos Castro, no passado dia 24 de Fevereiro.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Fevereiro de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas do vale de S. Torcato, o transporte, em autocarro, dos alunos à Estação de Tratamento de Águas da Vimágua, nos passados dias 2, 3 e 10 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças e jovens residentes nos Bairros de Gondar e Atougua, no dia 29 de Março ao Porto. Considerando que se trata de uma actividade lúdico-recreativa, no âmbito dos projectos de intervenção social em curso nos Bairros e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro, para efectuar o transporte das crianças dos



Jardins-de-infância de Vermil e Airão S. João à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no próximo dia 21 de Abril. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da Semana da Leitura e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 25 utentes da Associação à Colónia de Férias da Apúlia, nos dias 28 de Junho e 7 de Julho. Considerando o reconhecido interesse público da Associação e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – UNIVERSIDADE DO MINHO – CONCERTO COMEMORATIVO DO ANIVERSÁRIO – APOIOS CONCEDIDOS

– Presente a seguinte proposta: "Tendo a Universidade do Minho solicitado a colaboração e apoio da Autarquia para a realização de um concerto pela respectiva Orquestra, no passado dia 18 de Fevereiro, na Igreja de S. Francisco, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Guimarães ratifique os despachos que autorizaram a prestação dos seguintes apoios: Transporte e

instalação de cadeiras, estrado e iluminação; Recepção e acompanhamento da Orquestra, implicando a realização de trabalho extraordinário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – APOIO PARA OBRAS NO PAVILHÃO FRANCISCO DE HOLANDA –

Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo Xico Andebol solicitou à Câmara Municipal apoio para a realização de obras de impermeabilização da cobertura do Pavilhão Francisco de Holanda, dada a danificação que se está a verificar no recinto, incluindo o piso de jogo. Segundo orçamento apresentado, a beneficiação terá encargos de €37 140,50 (trinta e sete mil cento e quarenta euros e cinquenta cêntimos), o que de acordo com informação do Departamento de Obras Municipais se ajusta aos valores correntes de mercado. Considerando a importância que o Pavilhão Francisco de Holanda tem para a prática desportiva da cidade e a urgência das referidas obras, proponho que seja concedido um subsídio de €20 000,00 (vinte mil euros) a pagar após autos de medição a realizar pelo Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 36 e 38 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto



pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO – “BIKE TOUR – DIA UM DE PORTUGAL” – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Ciclismo do Minho, com sede em Guimarães, vai promover em 24 de Junho de 2010 um passeio de bicicleta “Bike Tour – Dia Um de Portugal”, “festa do ciclismo de lazer”, aberto a todos os participantes e de inscrição gratuita, que contará com a presença de algumas principais figuras do ciclismo nacional, tendo solicitado apoio municipal. Considerando a elevada adesão dos vimaranenses que se verificou na prova de 2009, o significado da data, e a animação e propaganda da prática de lazer que é andar de bicicleta, proponho que sejam concedidos os apoios solicitados: 400 (quatrocentas) t-shirts alusivas a Guimarães e lembranças do espólio municipal, promocionais da cidade, a oferecer aos convidados, bem como o acompanhamento da iniciativa pela Polícia Municipal, com a assunção dos encargos do serviço extraordinário prestado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO TROVAS AO VENTO –

DESLOCAÇÃO A DIJON (FRANÇA) – Presente a seguinte proposta: “Por sugestão da Câmara Municipal, a Associação de Portugueses de Dijon endereçou um convite à Associação Trovas ao Vento, no sentido de que o respectivo agrupamento de música tradicional participe na Semana Cultural que aquela agremiação de emigrantes leva a efeito no próximo mês de Abril. Deste modo, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Guimarães atribua um subsídio de €2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) à Associação Trovas ao Vento, destinada a participar na deslocação do grupo Trovas ao Vento a Dijon (França), para actuação na Semana Cultural promovida pela Associação de Portugueses daquela cidade francesa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 36 e 38 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de



Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO – FESTA DE

NATAL – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Brito solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €618,96 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Brito, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Natal, num máximo de €309,48 (trezentos e nove euros e quarenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA DE NATAL – RECTIFICAÇÃO – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em reunião realizada em 21 de Janeiro de 2010, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal, realizadas entre os passados dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €105,24. Por ofício daquela Autarquia, datado de 30 de Janeiro do ano em curso, foi comunicado à Câmara que houve lapso no valor do subsídio atribuído, pois em relação à média dos três últimos anos, o valor havia sido sempre superior a €300,00. Após análise dos processos referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008, verificou-se que, na verdade, houve erro no cálculo estimado, passando aquela

Autarquia a ter direito a um subsídio até ao montante de €226,98, e não de €105,24 conforme deliberado, devendo o assunto ser rectificado em reunião de Câmara”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----